

## Novo ESTATUTO: VITÓRIA DE QUEM, CARA PÁLIDA ?

Saudado pela reitoria e pelo Consun como uma vitória da PUC-SP por conservar parte de suas conquistas históricas, o novo texto regulador da vida puquiana é na verdade o corolamento de um processo de perda da autonomia universitária que esta universidade vem sofrendo desde 2006. Esta foi a conclusão a que chegaram professores e estudantes reunidos na quinta-feira, 2/5, na sede da APROPUC para discutir o estatuto.

O processo de desmonte da universidade começa no início do século com uma grave crise financeira que faz com que a Fundasp intervenha demitindo mais de 1000 professores e funcionários. Se junta a esta barbárie a introdução da maximização dos contratos docentes (que aumenta o número de aulas para que o professor ganhe o mesmo salário) e o represamento docente que impedirá a progressão na carreira.

O estatuto aprovado à época traz a ameaça de intervenção constante. A chamada lista tríplice, onde o cardeal tem o direito de es-

colher o reitor passa a ser uma realidade quando D. Odilo Scherer escolhe, em 2012, a terceira colocada na votação da comunidade, professora Anna Cintra. Abre-se também a possibilidade de lista tríplice para os demais cargos eletivos da universidade.

### Novo ESTATUTO

A mudança estatutária de 2019 surge com uma proposta enviada por D. Odilo que desfigurava o pouco de democracia que ainda existia na universidade, eliminando os departamentos, acabando com a escolha da comunidade e introduzindo o inconstitucional limite de 75 anos para término da carreira docente.

Foi estabelecido então um calendário onde a comunidade elaboraria a sua proposta para ser votada no Consun. Esse processo, porém foi desvirtuado, uma vez que a maioria das sugestões apresentadas pelas plenárias e audiências públicas foi atropelada. O

continua na próxima página

RODA DE

**DEPARTAMENTOS  
PLANO DE CARREIRA  
ELEIÇÕES  
LISTA TRÍPLICE  
75 ANOS**

CONVERSA

09|05

18H

AUDITÓRIO APROPUC  
RUA BARTIRA, 407, PERDIZES

APROPUC

### Continuam as negociações do Acordo Interno dos Funcionários

Durante o fechamento desta edição o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, SAAESP e a AFAPUC realizavam uma reunião com o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, para a assinatura definitiva do acordo interno dos funcionários da PUC-SP.

Os funcionários administrativos do campus de Sorocaba também encaminharam na mesma direção de São Pulo em assembleia realizada na semana passada.

PROFESSOR  
ASSOCIE-SE À  
APROPUC

FUNCIONÁRIO  
Fortaleça sua entidade!  
Associe-se  
à AFAPUC

continuação da página anterior

adiamento do processo de elaboração do estatuto bem como a formação de uma assembleia estatuinte não foram considerados.

Mesmo assim o Consun elaborou um texto intermediário que foi novamente modificado e piorado pelo Conselho Superior da Fundasp e enviado a Roma para aprovação. O texto definitivo foi entregue à comunidade em 24/5 e está em vigor, devendo suas cláusulas serem regulamentadas por um novo Regimento Interno.

### ATAQUE AOS DEPARTAMENTOS

Embora a reitora afirme que o novo texto não prejudica os departamentos, boa parte deles deverão desaparecer pelos critérios adotados pelo Conselho da Fundasp. Definidos hoje por área epistemológica de conhecimento, os departamentos serão ajuntados a partir de agora por critérios fundamentalmente numéricos como ter 25 professores, sendo 20 doutores.

O enfraquecimento dos departamentos já vinha sendo ensaiado pela Fundasp quando encaminhou ao Consun pedido de reestudo dos departamentos e suas funções. Agora o ataque se complementa reduzindo o número e a força dos departamentos, que se revelaram como o principal instrumento aglutinador das lutas docentes por melhores condições de ensino e salários nestes anos.

Também o fim da car-

reira foi alvo dos ataques do novo texto: agora se prevê o fim da carreira aos 75 anos, com a atenuante de que a Fundasp e a Reitoria deverão elaborar mecanismos para os docentes que quiseram permanecer na universidade após esta data.

Os professores presentes à roda de conversa lembraram da ilegalidade de tal medida que vai contra a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso que estipula esta data como limite apenas para as empresas públicas e não as privadas. Por outro lado nenhuma alteração que possa ser danosa ao trabalhador pode ser introduzida em um diploma legal. Sendo assim a aposentadoria aos 75 anos estará sujeita à contestação jurídica por parte dos docentes.

Outro ponto criticado pelos professores e estudantes foi a criação de uma Faculdade de Estudos Interdisciplinares sem uma avaliação mais precisa por parte dos Conselhos da universidade de suas atribuições.

Esses e outros pontos analisados levaram os presentes à conclusão de que será preciso muita mobilização da comunidade para fazer frente a este retrocesso. O Regimento Interno poderá ser uma trincheira de luta para que as mudanças não sejam tão danosas à comunidade, mas será preciso uma mobilização ainda maior de professores, funcionários e estudantes para fazer frente a estas ameaças.

Nesse sentido uma nova roda de conversa está sendo convocada para quinta-feira, 09/5, às 18h, novamente na sede da APROPUC.

## APROPUC apresenta seu balanço anual

*Abaixo reproduzimos o balanço da APROPUC referente ao ano de 2018*  
*A íntegra desse balanço está em*  
[www.apropucsp.com.br](http://www.apropucsp.com.br)

### ATIVO

#### Circulante Disponível

Caixa e Bancos	155.618,80
<b>Total de Disponibilidade</b>	<b>155.618,80</b>

#### Permanente

Edifício	633.162,00
Equipamentos	1.131,95
Equipamentos de Informática	2.280,08
Valor Original	636.574,03
Provisão de Depreciação	633.162,00

<b>Total do Ativo</b>	<b>144.599,86</b>
-----------------------	-------------------

### PASSIVO

#### Circulante

Impostos	136,15
Resultado acumulado	220.250,66

<b>Déficit do Exercício</b>	<b>-75.786,93</b>
-----------------------------	-------------------

<b>Total do Passivo</b>	<b>144.599,88</b>
-------------------------	-------------------

### Demonstrativo dos Resultados em 31 de dezembro de 2018

#### Receitas

Contribuição de Associados	641.361,64
----------------------------	------------

<b>Total de Receitas</b>	<b>641.361,64</b>
--------------------------	-------------------

#### Despesas

Pessoal	156.739,78
Operacionais	559.116,74
Financeiras	1.292,05

<b>Total das Despesas</b>	<b>717.148,57</b>
---------------------------	-------------------

<b>Déficit do Exercício</b>	<b>-75.786,93</b>
-----------------------------	-------------------

**Marcos Renato Pinto Rodrigues**  
Contador - CRC 1SP233540

**João Batista Teixeira da Silva**  
Presidente

**Jason Tadeu Borba**  
1º Tesoureiro

## EDITORIAL

# Acorda Alice

O sonho das reformas transformou-se em pesadelo, com o desmonte do regime orçamentário, desregularizando a obrigatoriedade de gastos e financiamentos à educação e saúde pública brasileira.

Por trás da justificativa de equilíbrio fiscal, responsabilidade orçamentária, redução progressiva do endividamento público, acontecerá uma reversão histórica com recessão econômica e desemprego em massa. A taxa de desemprego no Brasil atingiu 12,7 milhões de pessoas, no último trimestre encerrado (nov/dez/jan/19) resultante dessa política de desmonte do Estado brasileiro, que acontecerá em três lances sequenciais: acabar com a constituição de 1988 (Constituição Cidadã), no segundo ato, privatizar o patrimônio público, tornando-o Estado mínimo neoliberal e, por fim, terceirizar serviços do Estado para a iniciativa privada.

A lógica privatista assalta a poupança nacional e os tributos históricos dos trabalhadores (FGTS, INSS, PIS), que serão surrupiados pelo sistema financeiro. Ideal de um estado neoliberal. A lógica de sobreposição do direito privado do capital em detrimento dos interesses públicos, transformando os indivíduos em empreendedores de si mesmos (você S/A).

Giorgio Agamben, em *Altíssima Pobreza*, traça o percurso histórico da ma-

triz religiosa na formação do Estado nacional, em particular, no controlar da vida em sua totalidade, através das *regri vitale*. Esse mecanismo político encontra-se exposto na política brasileira, com as punições jurídicas do processo Lava Jato, alinhamento ideológico à Israel, invenção do ministério da família, retorno das escolas militares. Tudo isso, transforma-se na marca desse desgoverno autoritário, para acabar com a Educação Pública.

O sintoma patológico do ódio na educação, manifestado pelos Ministros da Educação, desde Ricardo Vélez Rodriguez que anunciava "Universidade não é para todos", até a recente censura orçamentária de 30% das Universidades Federais (UNB, UFF, UFBA) como retaliação do novo ministro da educação Abraham Weintraub, revela o desmonte da educação brasileira, através da força, mordação, constrangimentos legais, silenciar e privatizar a educação.

Esse projeto começou com o movimento "escola sem partido" que insultava estudantes e pais a perseguirem professores de filosofia, história, sociologia e arte. Por disseminarem o discurso fantasmagórico de combate à doutrinação do marxismo cultural, que adquiriu força no imaginário social, desrespeitando a ética e o contexto histórico-social, pois mentir virou uma vir-

tude. Por isso, os impropérios sobre o holocausto, ditadura no Brasil, escravidão e feminicídio são mentiras, preconceitos desse obscurantismo político.

Confusão como estratégia argumentativa para desmontar o direito e os valores democráticos. Forjar fake News, impropérios, mentiras e embustes alimenta o cotidiano político conservador e reacionário no Brasil. Eis a força criativa desse novo fascismo, que articula a mídia, o poder judiciário, para aviltar as liberdades democráticas.

A incultura do Ministro Abraham Weintraub precariza os cursos de humanidades, com a nefasta proposta de descentralizar investimentos, parte de uma retórica enganosa de zelo pelos impostos dos contribuintes, reintroduzindo uma falsa polêmica entre ciências humanas e ciências exatas, demonstrando ignorância na complexidade e imbricações das novas áreas de conhecimento, pois Big Data, A.I. (Inteligência Artificial), B.I. (negócios inteligentes) transformam dados informacionais numa ressignificação semântica e cognitiva, em processos inteligentes, demonstrando a interdisciplinaridade dessa ciência complexa capaz de alimentar a nova indústria da informação, design e comunicação.

O boicote às áreas de humanidade denuncia seu caráter anti-intelectual. Ao mesmo tempo, desconhe-

cem a interdisciplinaridade como metodologia para a inovação da ciência. A marca desse desgoverno encontra-se no obscurantismo de ideias que se aportam no imaginário escravocrata, violento, racista, homofóbico, misógino. De setores atrasados do agronegócio, da banca da bala, face homicida do Estado brasileiro e em certos setores do movimento neopentecostal aportado na teologia da prosperidade. O lema respeitar o imposto do contribuinte revela que tudo virou somente negócio. Privatizar tornou-se um novo dogma para desmontar conquistas sociais, criminalizando valores educacionais, da autonomia universitária e da universidade pública e gratuita. Por isso, liberdade de cátedra alicerça a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Docentes, despertai-vos para lutar pela educação, pois abriram a caixa de pandora. Como nos alerta Chico Cesar "Cães danados do fascismo/ Babam e arreganham os dentes/ Sai do ovo a serpente/ Fruto podre do cinismo/ Para oprimir as gentes/ Nos manter no escravismo/ Pra nos empurrar no abismo/ E nos triturar com os dentes". Enfim, resta-nos lutar com esperança, convicção e certeza moral frente à essa barbárie cultural.

**Diretoria da APROPUC**

## GAUCHE NA VIDA

# A Revolução dos Cravos: quando o impossível se tornou inevitável

*Raquel Varela*

Em 1975, Filomena Oliveira era professora no Alentejo. Chegados ao final do 6.º ano, os alunos não tinham para onde ir estudar: só havia um colégio, católico, privado, para prosseguir os estudos. Com os alunos, pais e a solidariedade dos colegas do colégio privado ocuparam-no - passou a ser a Escola Secundária de Alcácer do Sal.

Ainda há pelo país várias extensões de centros de saúde que eram casas desabitadas, ocupadas por comissões de moradores, com a solidariedade dos médicos, então em luta pelas carreiras e por um serviço nacional de saúde. Em 1974, Vitória era uma jovem que vivia num subúrbio de Lisboa. O "socialismo" era uma palavra vaga. Para ela a revolução começou quando na comissão de moradores do bairro de barracas em que vivia, em Carnaxide, decidiram ampliar a escola e redesenhar o caminho do autocarro. De noite construíram, com madeiras velhas, sinais que colocaram ao longo do caminho como paragens - à porta das fábricas, escolas, bairros. De dia ocuparam o autocarro. Ainda hoje esse percurso existe.

A ditadura portuguesa foi tão longa que milhões nasceram e morreram sem saber o que era viver em liberdade. Quarenta e oito anos de uma "longa noite". Tortura e prisão por pensar. Exilados por amarem a liberdade. Um partido único, uma Assembleia Nacional de fachada, sem eleições livres. O divórcio era reprimido. Não havia para a maioria um sistema de previdência universal. Entre 1960 e 1973, mais de um milhão e meio de portugueses tinha abandonado o país, fu-

gindo da guerra e da vida pobre a que Salazar chamava "humilde". Portugal ocupava na Europa um lugar cimeiro nos mais baixos salários - conseguidos à custa da proibição das greves e dos sindicatos livres. A sombra da protecção estatal, uma riqueza obscena concentrava-se nas mãos de poucas famílias. A guerra absorvia anualmente 30% a 40% do Orçamento do Estado - dinheiro que não ia para construir escolas, casas, estradas, saneamento básico...

A Revolução dos Cravos foi o mais importante movimento revolucionário da Europa no pós-guerra. Começou no dia 25 de Abril de 1974, uma quinta-feira chuvosa, como um golpe de estado contra a guerra colonial, liderado pelo MFA. A ligação entre os 13 anos de guerra e o 25 de Abril é crucial: 10 mil mortos do lado português, cerca de 100 mil estimados do lado africano; apoio massivo dos camponeses africanos, muitos trabalhadores forçados, aos movimentos de libertação. Acredito, aliás, que falamos de uma mesma revolução: a Revolução dos Cravos começa de fato em 1961 nas revoluções anticoloniais. Por isso não foi uma "revolução sem mortos". E não começou no bárbaro massacre da UPA, mas dois meses antes, no bárbaro massacre dos trabalhadores forçados em greve da Cotonang, mortos aos milhares pelo Exército português.

O último império colonial, anacrônico, caiu em 1974. O Estado, em 48 anos de ditadura, não tinha forjado mecanismos de mediação com a população. Este povo criou, ao princípio espontaneamente, formas de poder próprias, as mais importantes no Exército, nos locais de trabalho e habitação, as co-

missões de soldados, de moradores e de trabalhadores. Formas análogas aos "soviéticos" de 1917 - onde o Estado falhava, a população organizava-se autonomamente.

Diferentemente do que foi defendido por Boaventura Sousa Santos, a revolução caracteriza-se não pela força dos trabalhadores dentro do Estado, mas justamente porque o que alcançaram foi feito contra o Estado. O que diferencia o período revolucionário não são as eleições. Isso foi, obviamente, uma grande conquista, que levou às urnas mais de 95% dos portugueses. O que distingue a revolução, porém, é a existência de organismos de decisão dos próprios trabalhadores - isso é uma revolução, diferente de uma quartelada ou de uma situação de estabilidade em que o Estado detém o poder na sociedade.

Em 1975, os bancos foram nacionalizados e expropriados pelo Estado, mas antes tinham estado sob controle dos bancários, que assim evitaram parcialmente a fuga de capitais. O direito ao lazer considerado essencial na Constituição foi antes garantido quando as comissões obrigaram os municípios a subsidiar o teatro, música, desportos. Lembro uma manifestação, a dos padeiros, cujo slogan era "queremos dormir com nossas mulheres". Hoje em dia tomamos como certo que há pessoas a vender meias em supermercados às 10h da noite... Foi o tempo dos preços dos bens essenciais regulados, para que as pessoas pudessem ter refeições decentes. O direito de ter uma casa, nomeadamente ocupando casas deixadas vagas para fins especulativos, algumas delas com o apoio dos próprios juizes, como na cidade de Setúbal. O

Serviço Nacional de Saúde foi estabelecido por lei em 1979, mas a unificação de um sistema de saúde foi introduzida no rescaldo do dia 25 de Abril com a nacionalização das Misericórdias, a proibição da venda de sangue, carreiras médicas, etc., num regime em que os médicos foram os gestores democráticos deste processo. Quatro mil comissões de trabalhadores, e as áreas de cultivo triplicadas, contra a imobilização produtiva e o desemprego. O espectro da autodeterminação ampliou-se como nunca.

Revolução tardia no século XX, a dos cravos uniu o maior atraso (império colonial) com o mais moderno, um forte setor operário e um já amplo setor de serviços qualificado (professores, médicos, etc.). De certa forma, por esta composição social, foi a primeira revolução do século XXI.

A revolução mudou profundamente o país. Alguns dos seus resultados continuam presentes na educação, na saúde, na segurança social, no lazer e nos espaços coletivos de quem cresceu no Portugal depois de Abril. Mas a revolução não mudou de forma duradoura as relações de produção. O Estado recompôs-se, o regime equilibrou-se, e os governos sucederam-se à margem do envolvimento das pessoas que caracterizou aquele biénio 1974-1975. Porém, essas pessoas mudaram. Quem fez a revolução, porque já cá estava, porque veio de longe trazendo na bagagem o romantismo das revoluções, porque se recusou a combater na guerra, porque exigiu definir onde ficava a creche, como estavam as contas

continua na próxima página

continuação da página anterior

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Centrais marcam greve geral para 14 de junho

das empresas, porque geriu o conselho directivo, porque aprendeu o significado da democracia direta, nas assembleias de soldados, reuniões gerais de trabalhadores ou estudantes... Nunca tanta gente decidiu tanto na história de Portugal como em 1974 e 1975. Estas pessoas não mudaram tudo. Mas ter feito a revolução mudou-as para sempre.

O fim da revolução dá-se por uma fórmula inovadora, que será depois aplicada na América Latina nos anos 80. Soares lidera a contra-revolução civil a 25 de Novembro, sem mortos e com amplas concessões sociais (Estado social); Cunhal não se opõe porque Portugal estava na Otan e Angola já era da URSS. A revolução acabou não por um golpe fascista, mas numa contenção que obedeceu a pactos estratégicos da guerra fria.

Em 1989, o projeto de Portugal manter-se com amplos direitos sociais (com a pressão da existência da URSS) ruiu para o PCP. Em 2008, o projecto da "Europa Connosco" ruiu para o PS. O projecto que venceu - e que perdura - coloca outra vez o país na rota dos baixos salários, da migração massiva, da desqualificação e do atraso. Não acreditaram, nem Soares nem Cunhal, na capacidade dos trabalhadores de se governarem a si próprios. A questão que permanecia então e permanece hoje é: há outra alternativa para o país que não seja acreditar no mundo do trabalho organizado como saída estratégica para a decadência histórica?

**Raquel Varela é historiadora, Universidade Nova de Lisboa e autora de História do Povo na Revolução Portuguesa (Bertrand) O presente artigo foi publicado em <https://www.publico.pt/2019/04/25/politica/opiniao/revolucao-cra-vos-impossivel-tornou-inevitavel-1870411>**

Durante as manifestações do 1º de maio as centrais sindicais chamaram os trabalhadores para uma greve geral contra a reforma da previdência no dia 14/6. O anúncio da Greve Geral foi o ponto alto do ato histórico realizado em São Paulo pelas dez centrais sindicais neste 1º de Maio. Foi a primeira vez que as entidades realizaram um ato conjunto no Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores.

As manifestações do dia 1º de Maio se espalharam pelo país e em todas elas a data de 14/6 foi marcada para a grande greve geral contra a Reforma. Em São Paulo, no Vale do Anhangabaú a manifestação contou com a presença de mais de 200 mil pessoas. As diretorias da APROPUC e AFAPUC estiveram presentes e desde já convocam a comunidade

de puquiara para o dia 14/6. As manifestações do 1º de maio se espalharam pelo mundo. Países como França, Itália, Hong Kong, Grécia fizeram protestos con-

tra políticas recessivas impostas pelo FMI. Na Argentina os protestos se voltaram contra a política de arrocho implantadas pelo governo Macri.

## Dia 15/5 Greve Nacional do Ensino

A Confederação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, Contee, está chamando para uma greve geral dos trabalhadores no ensino. Para a Contee a Reforma da Previdência ataca de maneira direta os trabalhadores da educação principalmente os do ensino básico que perderão o direito a aposentadorias diferenciadas em virtude das particularidades de suas funções. Segundo a Contee "A proposta corta direitos de professoras e professores da

educação básica e de vários assalariados, entre os quais os técnicos administrativos que atuam nas escolas privadas, bem como dos que se socorrem da assistência social - e não há privilegiados nestes segmentos. É especialmente cruel com as professoras e as trabalhadoras urbanas e rurais. Para as professoras que comprovarem tempo de trabalho exclusivamente na educação infantil e no ensino fundamental e médio, haverá idade mínima de 60 anos para a aposentadoria".

## Governo Bolsonaro ataca Ciências Humanas

O governo do ex-capitão Bolsonaro anunciou que pretende retirar verbas de cursos de ciências humanas. É típico dos governos fascistas atacar os cursos de humanas. Isto aconteceu na década de 30 na Alemanha o governo de Hitler, na década de 1930, foi pródigo nessa interferência para impor o que chamava de "ciências raciais" (Rassenkunde): a física, química, biologia ou matemática "alemãs".

Por outro lado o chamado contingenciamento de verbas que deverá atingir em cheio na educação deverá ter critério ideológico. Segundo o banqueiro ministro Abraham Weintraub os cortes estariam relacionados ao desempenho acadêmico das instituições e que elas estariam "promovendo 'balbúrdia' em seus campus (sic)".

Entidades de todo país criticaram a medida anunciada por Bolsonaro. A Andes repudiou a medida afirmando em nota que

"A Universidade deve ser um espaço de formação emancipatória do sujeito, por isso tem que ser um espaço de criticidade e autonomia. O governo, para impor sua política educacional, que é uma política de retrocesso, de pensamento único, e de ataque aos direitos fundamentais, elege como prioridade o contingenciamento de verbas das universidades, usando uma argumentação ilegal e inaceitável politicamente".

A APROPUC também repudiou a medida anunciada que, além de sua ilegalidade, constitui-se em mais uma perseguição à liberdade de expressão e pensamento.

### PAULO FREIRE

Novamente o educador e ex-professor da PUC-SP Paulo Freire é vítima da perseguição de políticos reacionários. A deputada federal Caroline de Toni (PSL-SC)

apresentou à Câmara dos Deputados na segunda-feira, dia 29, uma proposição para revogação da lei que declarou em 2012, o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira

Em 2017 o educador, hoje uma das maiores referências do ensino em todo mundo, recebeu ameaças semelhantes por parte de políticos conservadores. Porém a mobilização da população impediu que mais este retrocesso fosse perpetrado. Aqui na PUC-SP foi organizado um ato que contou com a presença de parlamentares de diversos partidos e de familiares de Paulo Freire. Agora mais uma vez aqueles que fazem do retrocesso sua bandeira de luta atacam o educador. Mais uma vez se faz necessária a mobilização da sociedade e em especial da comunidade puquiara que tão generosamente acolheu Paulo Freire quando ele era perseguido pela ditadura militar.

# ROLA NA RAMPA

## Diretores da APROPUC lançam livros

Os professores Antonio Carlos Mazzeo e Jason Borba estão lançando suas mais recentes publicações teóricas.

Antonio Carlos Mazzeo, professor de Serviço Social, realizará o lançamento de Os Portões do Éden no dia 21/5, à 19hs, na sala 100, juntamente com um debate. O livro, publicado pela editora Boitempo, debate igualitarismo, política e estado nas origens do pensamento moderno, trazendo uma profunda sondagem teórico-histórica das questões mais importantes levantadas pela sociedade contemporânea acerca da democracia, do igualitarismo e do poder. Já o professor Jason Borba escreveu Indivíduo e

Capital: Uma Abordagem A Partir De Marx & Jung, uma investigação em torno da natureza profunda da dialética parte-todo no que concerne ao indivíduo e à "coletividade", coletividade que transborda a ideia de algo como um conjunto de indivíduos, aí fora, organizados em coletividade(s) como a nação, o Estado e etc. Jason é professor do Departamento de Economia da PUC-SP e diretor da APROPUC. O lançamento do livro acontecerá em breve, mas o e-book poderá ser adquirido em <https://play.google.com/store/books/details?id=unpqDwAAQBAJ&rdid=book-unpqDwAAQBAJ&dot=1&source=gbs>.

## Depe convida par lançamento de mais um boletim

O grupo de Pesquisa em Desenvolvimento e Política Econômica (DEPE), coordenado pelo prof<sup>o</sup> Antônio Correa de Lacerda, convida todos a participarem da apresentação do Boletim DEPE de maio de 2019, que acontecerá no

dia 07/05/19 às 18:30, na sala de reuniões da FEA, 1º andar, prédio Novo. A publicação aborda questões da conjuntura econômica brasileira e internacional e a proposta de reforma da previdência.

## Nu-Sol apresenta Hécuba, de Eurípedes

O Núcleo de Sociabilidade Libertária, Nu-Sol, convida para a sua aula-teatro número 25, nos dias 6 e 7 de maio, no Tucarena. Desta vez o texto en-

focado será Hécuba de Eurípedes. A apresentação terá início às 19h30, mas os ingressos serão distribuídos a partir das 18h30.

## Livro discute Corpo e resistência libertária

No dia 9/5 acontece na Rua Fradique Coutinho, 1139 o lançamento do livro Corpo-História e Resistência Libertária. Organizado por João da Mata e Juniele Ribeiro

de Almeida, o livro conta com a participação de Edson Passetti, professor da Faculdade de Ciências Sociais que participa do batepapo de lançamento.

## Movimentos Sociais em debate

Na terça-feira, 30/05, no auditório 100, aconteceu o debate "A regressão dos direitos sociais e a criminalização dos movimentos sociais.". Realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais - NEMO, a mesa foi composta por Liciane Andreoli (Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB), Fabiana Luz (Coletivo Me Parió Revolução NEPEN-GEO-USP) e Hugo Fanton (Central de Movimentos Populares-CMP).

Em um cenário de regressão dos direitos e crise democrática, qualquer ação em defesa das minorias está sendo tratada de forma re-

pressiva. Com o desmonte dos direitos sociais os movimentos sociais correm riscos: " É um momento muito perigoso e difícil para os brasileiros e para nós dos movimentos sociais. A gente está vendo que é um momento que vai se prolongar muito tempo. A gente vê que é um governo fascista e liberal. É um novo regime estabelecido no nosso país, é uma nova forma de estado e governo, colocando todo o aparato institucional a serviço desse regime fascista. Toda ação brutal para cima dos movimentos sociais, tem a ver com essa forma de governar o país.", disse Liciane Andreoli do MAB.



A mesa do debate que discutiu a criminalização dos movimentos sociais

STHEFANE MATTOS

## Revistas da APROPUC têm nova data para entrega de artigos

A APROPUC está retomando a publicação de suas revistas temáticas, agora em plataformas virtuais. A Revista PUCviva deverá ter como tema "a crise na educação" e a revista Cultura Crítica abordará Cultura no Fascismo. O prazo para a entrega dos artigos foi prorrogado para 20/5. Ambas as revistas possuem Qualis. A Revista PUCviva tem a qualificação "C" para a área de Ciência Política e Relações Internacionais, História e Serviço Social; já para a área Interdisciplinar ela tem a classificação B5. A revista Cultura Crítica possui a classificação "C" para a área de História e "B4" para a área

de Linguística e Literatura. O novo formato da revista permitirá também que as colaborações, além do tradicional formato de artigo, possam vir na forma de ensaios fotográficos, documentários, crônicas, prosa e poesia ou ilustrações. As colaborações deverão ser enviadas até 30/4 para a APROPUC ou pelo endereço eletrônico [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br). Os artigos para ambas as publicações deverão ter no máximo 14000 caracteres com espaço. Ambas as revistas possuem ISSN o que permitirá aos autores a inclusão do mesmo em seus currículos.